

TIRADENTES: ¼ DE MILÊNIO

I. Helena BRANS

HISTÓRICO

Nascido há duzentos e cinquenta anos, e há duzentos e cinco anos executado na forca, sendo esquartejado e seus despojos expostos em vilipêndio, pela estrada que então ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais - o Alferes "Tiradentes", também conhecido por outros apelidos como "o República", "o Liberdade", e "o Gramaticão" - ainda é, hoje, o mais marcante símbolo de brasilidade, de ideal democrático, de exemplar inconformismo e rebelião às forças opressoras, colonialistas e escravizadoras, então existentes e que, sob certos aspectos, permanecem até mesmo em nossos dias.

Já foi dito que, em nosso país, as tendências podem ser agrupadas em duas linhas distintas: as que são a favor dos ideais de "Tiradentes" e as antagônicas aos ideais de "Tiradentes".

Corrigindo o que ocorreu em 21/04/96, quando a Imprensa fez absoluto silêncio sobre a data e sobre o nome do Patrono Cívico, em 21/04/97 é necessário marcar o andamento do "Ano do ¼ de Milênio" de nosso Herói maior. A Memória e o perfil do grande republicano devem ser redimensionados, à luz de novos documentos localizados e que constituem o "elo perdido", capaz de promover este resgate, a ser oficializado na passagem dos 250 anos do Alferes.

Apontam-se aqui algumas das razões e fatos que dão motivo a um necessário processo de Reavaliação do alcance da chamada "Inconfidência" e da atuação dos patriotas que, no exterior, buscaram apoios e os meios para dar um sentido de Nação a um povo colonial oprimido. Referimo-nos aos estudantes brasileiros inscritos em universidades européias (Coimbra e Montpellier). Estes entraram em contato com o líder republicano Thomas Jefferson que se encontrava na França (1784-1789). Através de um emissário,

agindo todos sob o codinome de "Vendek", levaram ao então embaixador informações recentes sobre os recursos existentes na Colônia, para um levante libertário.

A identificação do emissário "Vendek" - até aqui atribuída ao estudante Maya - hoje recai irrecusavelmente sobre o nome do Alferes da 6ª Companhia do Regimento de Cavalaria Regular de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier.

O jovem comandante daquele Regimento, Francisco de Paula Freire de Andrada, era casado com Izabel Querubina - irmã do estudante José Álvares Maciel, diplomado em Coimbra em julho de 1785. Este Inconfidente, de quem há notícia de que já havia combatido sob comando de Lafayette pela Independência americana e conhecera Thomas Jefferson na Virgínia (1780-1782), terá pedido ao seu cunhado a remessa de um emissário à Europa, capaz de levar as informações úteis à elaboração de um projeto de levante republicano bem como angariar o apoio de "potências estrangeiras". Há notícia, publicada no século passado, de que o Comandante Freire de Andrada escolheu, entre seus subordinados o nome do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, para executar a perigosa missão.

DOCUMENTAÇÃO: OS RECIBOS

A sigilosa ausência do Alferes pode ser verificada em alguns detalhes da documentação até aqui examinada no país e exterior: em 1º de julho de 1786, em recibo manuscrito pelo próprio oficial, vê-se que "Tiradentes" deu quitação de soldos referentes ao primeiro semestre daquele ano. Não foram localizados recibos do 3º e 4º trimestres, ou seja, do segundo semestre de 1786.

Nesta exata época, a partir do início de outubro de 1786, ocorreu a inicial troca de cartas entre o emissário "Vendek" - que se encontrava já em Montpellier, e o então embaixador norte-americano em Paris, Thomas Jefferson.

Em 21 de março de 1787 teve lugar o primeiro encontro, no sul da França, daqueles representantes das duas Américas que buscavam, em estágios diversos, o caminho da emancipação plena para a terra natal. Até julho do mesmo ano prosseguiu uma até hoje inexplicada viagem de Thomas Jefferson a portos do Mediterrâneo, ao norte da Itália, e a portos do Atlântico francês, afastando-o de seu posto em Paris durante 102 dias.

Naquele período, na correspondência por ele enviada ao seu secretário em Paris e ao encarregado de assuntos estrangeiros junto ao

Congresso americano, encontram-se evidências de que, na estranha viagem, Jefferson esteve acompanhado por brasileiros, tamanho é o interesse por ele demonstrado pela causa dos estudantes e dos colonos sul-americanos que se consideravam seus "compatriotas" (sic).

Voltando à documentação da ausência do Alferes, vê-se que os recibos referentes ao 1º e 2º trimestres de 1787 são manuscritos de próprio punho, não contendo a indicação do local onde foram redigidos. Para receber o 3º trimestre, o Alferes nomeou um Procurador. Quanto ao 4º trimestre, o pagamento foi diretamente feito a "Tiradentes" em Vila Rica, em 28/08/1788, ou seja, quase um ano depois, quando o mesmo retornou à Colônia natal. Ao contrário dos anteriores, este recibo regularmente redigido pelo tesoureiro da tropa paga, foi apenas assinado pelo Alferes.

Salienta-se em contrapartida que, se na coleção de recibos existem apenas indícios da ausência de "Tiradentes" em seu posto Vila Rica, em dois arquivos de Lisboa existem provas documentais, da mesma época, evidenciando sua presença na Europa em 1787.

DOCUMENTAÇÃO: ARQUIVOS NORTE-AMERICANOS

A correspondência trocada entre Jefferson e o brasileiro "Vendek" encontra-se guardada, parcialmente, pelo Arquivo do Congresso, em Washington. São bilhetes ou cartas datadas de 09 de outubro, 21 de novembro e 26 de dezembro de 1786 e 05 de janeiro de 1787. Há referência a uma carta datada de 16 de outubro de 1786, nunca localizada e há fotocópia de um bilhete de Jefferson à "Vendek", datado em Nimes em 19 de março de 1787, cujo original não foi possível localizar nesta pesquisa.

PRESENÇA DE "TIRADENTES" NA EUROPA EM 1787

A presença do Alferes Joaquim José da Silva Xavier em Lisboa, no período que corresponde à época de espera da resposta do Congresso americano à consulta enviada por Jefferson, de Marselha, em 04 de maio de 1787, é evidente e constatável numa seqüência de documentos e registros em livros, guardados no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo da Torre do Tombo.

O primeiro registro consta do "Livro de Porta", ou livro da portaria do Palácio d'Ajuda, onde, em 04 de setembro de 1787, foi lançado o nome de

Joaquim José da Silva Xavier, solicitando "Licença por hum ano". (Doc. 1) - (AHU, cod. 312, fls. 166v. - doc. localizado pela Autora).

Na mesma data, redigida em igual caligrafia e pelo mesmo escrivão que anotou a presença do Alferes na portaria do palácio, consta na "Coleção de documentos avulsos de Minas Gerais", a petição de Licença do visitante (Doc. 2) - (AHU, caixa 129, docs. pasta 56).

Ao alto da mesma folha, vê-se o Despacho favorável do Conselho, dado em Lisboa, em igual data (Doc. 03) - (idem, id.)

Ainda em 04 de setembro, com surpreendente rapidez, foi dado ao Alferes um "bilhete", ou guia-de-pagamento para que este pudesse recolher aos cofres reais o "direito que dever" (Doc. 04) - (idem, id.), e isso na Chancelaria da rainha.

Na metade inferior deste documento, vê-se que três dias depois, foi efetuado um pagamento anônimo, de 540 reis. Nesta anotação assinada por três tesoureiros, constam os números de livros e folhas onde o pagamento fora registrado - sem constar, porém, o nome de quem o havia efetuado em 07 de setembro de 1787 (Doc. 05) - (Idem, id.)

A ausência do nome do autor do pagamento impediu que até aqui, tal anotação fosse associada aos documentos acima citados, alguns deles inicialmente vistos e/ou publicados por dois historiadores, H. G. Mathias¹ e M. R. Lapa, em 1968²

Na pesquisa efetuada pela Autora, em 1993, foi localizado no Arquivo da Torre do Tombo, mais um documento definitivo, inédito como o registro no "Livro de Porta" (Doc. 01), que inequivocamente fecha a questão.

Trata-se do texto da Provisão de Licença dada pela rainha ao Alferes, lançado ao Livro 30 de "Padrões e Ofícios" da Chancelaria de Dona Maria I, às fls. 276 e 277, em 27 de setembro de 1787 (Doc. 06) - (Arq. Torre do Tombo).

Neste registro se lê que foi o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, quem recolheu ao tesouro os 540 reis em 07 de setembro (Doc. 04) e quem no dia seguinte pagou 300 reis "de feito", 800 reis "de assinatura" e mais 428 reis "aos Officiaes" - num total de 2.068 reis, em datas evidentemente diversas (Doc. 06). Com isso, recebeu em

(1) Herculano Gomes Mathias (bras.) in "Tiradentes através da Imagem" e 2ª edição dos Autos de Devassa.

(2) Manuel Rodrigues Lapa (port.) Suplemento Literário Minas Gerais, 14/12/68 - "Tiradentes em Lisboa?"

08 de setembro, a 1ª via da licença pedida (Doc. 02 - rodapé) - só registrada em Livro em 27 de setembro de 1787.

Da coordenação destes registros se vê, nitidamente, que o Alferes estava em Lisboa naqueles dias de setembro de 1787, providenciando o retorno à Pátria e aguardando a resposta americana, que chegaria à França, em outubro ou novembro do mesmo ano e que seria transmitida pelo embaixador em Paris, Thomas Jefferson.

AS 2^{as} VIAS DAS "ORDENS" REVELAM O CONTEÚDO DOS TRÊS PROJETOS DO ALFERES

Em outros três registros que transcrevem textos de três cartas ou "Ordens" da rainha ao vice-rei no Rio de Janeiro, D. Luiz de Vasconcelos e Souza, se vê que ao retornar de Paris à Lisboa (dez./87 ou jan/88) para embarcar para o Brasil, já de posse da esperada resposta norte-americana, o Alferes apresentou três projetos para realizar benfeitorias no Rio de Janeiro.

Visava ele construir um embarcadouro-desembarcadouro de "gados" na praia "dos mineiros", canalizar águas a serem captadas no córrego Catete e no rio Andaraí, levando-as ao largo da Carioca, onde ergueria o chafariz das Lavadeiras e, finalmente, edificar um "armazém para recolher trigo e outros mais gêneros" (sic), entre "a ponte da Alfândega e o trapiche da Lapa", ou seja, em área do porto do Rio de Janeiro. (Docs. 07, 08 e 09 - AHU, Livro "Ordens", cod. 197, fls. 223 e verso).

A tardia apresentação destes projetos revela que o verdadeiro motivo da viagem do Alferes à Europa não era o inicialmente declarado na petição apresentada ao Conselho da rainha, em 04 de setembro de 1787. (Doc. 02).

Os projetos do Alferes revelam preocupações de um estadista, notando-se que, no último, a intenção de armazenar trigo e gêneros em área portuária, estabelece um imediato vínculo com as condições americanas impostas ao emissário "Vendek" por Thomas Jefferson, em Paris, ao final de 1787.

Tais condições foram reveladas por Francisco Antonio de Oliveira Lopes, primo do Inconfidente e ex-estudante em Montpellier, Domingos Vidal Barbosa, em denúncia registrada em 08 de julho de 1789, em auto em separado que não constou da Devassa em Minas Gerais por ordem expressa do então Governador, Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena.

Neste "Sumário de perguntas", Francisco Antonio relatou o que ouvira de seu primo Vidal: da "América inglesa" viriam recursos se os brasileiros adquirissem daquela nação "bacalhau e trigo" (sic) (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 2:90).

O interlocutor de Jefferson, "Vendek", ou Joaquim José da Silva Xavier, agilizou, em Lisboa, o cumprimento destas exigências e, em 07 de fevereiro de 1788 zarpava dali a náu-de-guerra "Nossa Senhora de Belém e São João Baptista" trazendo, na bagagem dos novos Governadores (de Minas, São Paulo e Bahia), as "Ordens" de Dona Maria I.

A "Ordem" referente à captação de águas pretendida pelo Alferes levantou tantos protestos dos mercadores de água, até então vendida em pipas transportadas por escravos, que tornou-se possível, hoje, aproximadamente datar o acontecido: a náu-de-guerra aportou ao Rio de Janeiro em 29 de maio e os protestos terão ocorrido nas duas semanas seguintes porque, em 19 de junho de 1788, o Alferes redigiu um ofício ao vice-rei, relatando os tumultos havidos e apressando a emissão do Parecer ordenado pela rainha (Doc. 10). Entre tais tumultos, ocorreu o episódio conhecido como "a pateada na

Ópera", promovida pelos ricos negociantes contra o Alferes que pretendia fornecê-la gratuitamente ao público, privando-os do lucrativo comércio.

O "projeto das águas", portanto, tendo partido de Lisboa no início de fevereiro de 1788, aqui chegou juntamente com o "projeto do trigo" - que era a condição básica a ser cumprida por "Vendek" e que foi agilizada pelo Alferes na corte européia e na do Rio de Janeiro.

CRONOLOGIA

A cronologia destes fatos evidencia, com precisão, a época em que ocorreu o contato e o diálogo entre os dois republicanos, Jefferson e "Tiradentes", a saber:

- | | |
|---------------------------|--|
| 09/10/1786 a 19/03/1787 - | correspondência entre "Vendek" e Thomas Jefferson; |
| 21/03/1787 a maio/1787 - | visita a portos e núcleos comerciais franceses e italianos; |
| 04 a 08/setembro/178 - | Joaquim José da Silva Xavier regulariza, em Lisboa, sua situação de oficial que viajara à Europa sem Licença prévia; |

- 19/setembro/1787 - Thomas Jefferson escreve a John Jay, dizendo-se "ansioso" para saber se a consulta brasileira chegara ao Congresso;
- Outubro ou Novembro/1787 - a resposta americana chega a Paris. Thomas Jefferson transmite a "Vendek" as condições americanas: "naus e gente" X "bacalhau e trigo";
- dez/1787 ou jan/1788 - Joaquim José da Silva Xavier, em Lisboa, apresentat três projetos, o último dos quais visava o "armazém para recolher o trigo", que chegaria por mar. Os objetivos destes projetos também comparecem nas preocupações de Thomas Jefferson, ou seja, na carta de 04/05/1787, ou na detalhada e exata denúncia das negociações havidas na França, feitas por Francisco Antonio de Oliveira Lopes, primo do estudante Vidal Barbosa. (Autos de Devassa, 2:90)

Na vasta correspondência enviada por Thomas Jefferson a políticos, a um dos secretários do Congresso, ou, já no final de sua vida, ao seu ex-secretário particular, William Short, e a Lafayette, vê-se a importância sempre atribuída pelo grande estadista ao movimento brasileiro em prol da emancipação sócio-político-econômica da distante Colônia lusa, sul-americana.

Em carta a John Jay, datada de 12 de março de 1789, ainda em Paris, Jefferson confessa, literalmente, sua "... tentativa de cooperar na emancipação das Colônias" - pretendida pelos representantes do povo meridional que buscara o apoio dos seus "compatriotas" (sic) da América setentrional.

A "CERTIDÃO E LICENÇAS" CONCEDIDAS AO ALFERES

Um documento tem sido apontado como argumento contrário à tese: a "Certidão de Licenças" concedidas a "Tiradentes". Tal documento, atestaria a impossibilidade de ter ele estado na Europa em março de 1787 - mês e ano em que ocorreu o início da viagem de Thomas Jefferson e de emissários brasileiros ao sul da França. Assinada e produzida pelo Sargento-Mor P.A. Galvão de São Martinho, a mando do Governador de Minas, o Visconde de Barbacena - que, seis dias antes o investira no posto de Comandante do Regimento de Cavalaria Regular de Vila Rica, - a Certidão é uma nítida

manipulação a mais, usada pelo Visconde para encobrir seus maquiavélicos propósitos.

O ex-Sargento-Mor P. A. Galvão de São Martinho, sendo cunhado de José Álvares Maciel (pai), era tio do Inconfidente José Álvares Maciel Filho e, portanto, tio por afinidade do Comandante destituído, Francisco de Paula Freire de Andrada, também Inconfidente.

A falsa "Certidão" de P. A. Galvão de São Martinho foi extraída para tentar encobrir a verdadeira extensão do movimento Conjurado, proteger os envolvidos e resguardar responsabilidades do Governador.

O HOMEM - REAVALIAÇÃO DO PERFIL DO ALFERES

"Tiradentes", várias vezes denunciado nos Autos de Devassa por seu entusiasmo pelo **"exemplo da América Inglesa"**, por sua confiança no apoio de **"potências estrangeiras"** e por sua certeza na ajuda de **"uma pessoa muito grande e de muito saber que nos encaminha.."** (sic) é uma figura ímpar, ainda não devidamente avaliada pela Historiografia brasileira.

Dentista, ex-tropeiro, era popularmente estimado. Tinha livre trânsito e acesso a todos os níveis da população colonial na época, dos quartéis às elites, às reuniões literárias em casa do Ouvidor e poeta Gonzaga, aos saraus dos poderosos contratadores, aos alojamentos dos forasteiros, ao clero ou às senzalas, às tavernas, estalagens e bordéis. Cláudio Manuel da Costa considerava-o um "cortavento", homem como poucos havia em Minas.

O Cônego Luiz Vieira da Silva qualificava-o de "o animoso Alferes". Ao ser interrogado na Fortaleza da Ilha das Cobras, o próprio Alferes afirmou ter sido sempre o escolhido para cumprir as "diligências mais arriscadas", enquanto as "promoções e aumentos de postos" (sic) eram atribuídos a outros.

Contudo, era alegre e expansivo, "feito e espantado", fazendo-se notar por sua "voz troada", como se lê em certos depoimentos que constam dos Autos de Devassa. Frei Raimundo de Pennaforte, seu confessor na prisão, atribuiu ao Alferes as qualidades de um homem sem temor algum e que, ao mesmo tempo, era sensível até ao movimento do cair de uma folha.

Tais características da personalidade invulgar de "Tiradentes" - que já havia sido Comandante do Destacamento do Sertão, de Sete Lagoas a Paracatú, bem como já cumprira a árdua tarefa de abrir na mata o Caminho Novo para o Rio de Janeiro - justificariam, plenamente, a escolha de

seu nome para cumprir a missão secreta que o levou a cruzar o Oceano e a buscar no além-mar o contato e o apoio do republicano Thomas Jefferson.

A soma de uma série de fatos, comprovados documentalmente, ouvidos em testemunhos, ou focalizados à luz de fortes indícios, impõem hoje, no Ano de 1/4 de milênio de seu nascimento e batismo, o necessário reexame da "Inconfidência" e o decorrente redimensionamento dos vultos de seus autores - entre os quais destaca-se o de nosso Patrono Cívico.

A reavaliação das dimensões intercontinentais da grande Conjura deve ser imediatamente repassada aos textos escolares brasileiros, levando à criança, ao adolescente e ao jovem ou adulto, uma visão renovada e estimulante, da grande saga Conjurada, ocorrida nos anos 80 do século XVIII, em torno de um ideal ainda não plenamente atingido nesse fim de século, às vésperas do 3ª Milênio.

A FARSA DO VISCONDE

Paralelamente à evidência da presença do Alferes na corte de Lisboa em 1787, e buscando identificar os "mecanismos" subjacentes que a tornaram possível, constata-se que, na mesma época, era ali Conselheiro Luiz Antonio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, já nomeado para o cargo de Governador e Capitão-General das Minas Gerais. A compra deste cargo fora secretariada pelo mesmo funcionário que "fez escrever" a Provisão de Licença dada a "Tiradentes" (Doc. 06), J. Miguel L. Lavre, em 1787 - e cujo nome foi omitido na 2ª via deste documento, em 1788 (Doc. 6 "a").

O Visconde, na Universidade de Coimbra, foi Regente substituto da Cátedra de Ciências Naturais, pertencente a Domingos Vandelli, mestre de José Álvares Maciel - o estudante e Inconfidente de quem há notícia ter lutado pela Independência americana sob comando de Lafayette (1780-1782), antes de inscrever-se em Coimbra. A amizade entre o Visconde e Maciel evidencia-se no fato de ter sido este último o preceptor dos filhos de Barbacena, quando o Governador passou a viver no palácio da Cachoeira, já em Minas Gerais.

Fica nítido também o envolvimento do Visconde nos bastidores de várias etapas da "Inconfidência" e em seu dramático fim, quando se verifica

ter ele excluído, da Devassa de Minas Gerais, os autos em separado (Sumário de 08/07/1789) em que foi registrada a denúncia de Francisco Antonio de Oliveira Lopes sobre o contato, feito na Europa, entre dois emissários brasileiros e o "Ministro da América Inglesa", em Paris, Thomas Jefferson.

Notório manipulador de datas e documentos, leitor assíduo do "II Príncipe" de Maquiavel, o Visconde de Barbacena - talvez inicialmente útil à causa, tornou-se, depois, um amedrontado e insidioso detrator dos ideais Conjurados. Sua atuação exige uma detida análise no processo de Reavaliação da "Inconfidência".